
CABO VERDE E A IMPORTAÇÃO DO IDEOLOGEMA BRASILEIRO DA MESTIÇAGEM

José Carlos dos Anjos

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Brasil

Resumo: *Este artigo busca desvelar as relações entre a formação de intelectuais e as lutas em torno da definição da identidade nacional em Cabo Verde. Até as duas primeiras décadas do século XX a África aparecia para os intelectuais cabo-verdianos como potência adormecida, a colonização portuguesa era parcialmente contestada e uma identidade atlântica emergia concorrente à identidade lusitana. A racialização dessa identidade atlântica sob os pressupostos “brasileiros” da mestiçagem e a hegemonia dessa afirmação de identidade no arquipélago se dá na década de trinta sob o silêncio político imposto pelo regime de Salazar. Após a discussão sobre os efeitos dessa censura política para a autonomia da literatura cabo-verdiana o artigo conclui sugerindo que identidades (africanas, mestiças, crioulas, européias) disputadas em nível transcontinental e estratégias geopolíticas transatlânticas adquiriram sentidos inesperados nesse contexto e conjuntura determinada.*

Palavras-chave: *identidade nacional, intelectuais, raça.*

Abstract: *This article intends to reveal the relationships between the intellectual's point of view and the controversy over the national identity of Cape Verde and the arguments over its definition. Up until the first two decades of the 20th century XX the intellectuals regarded Africa as a sleep potion, Africa objected to the colonization of the Portuguese people. Therefore a new Atlantic identity emerged, competitive to the Portuguese colonization. Africa appeared for the intellectuals as asleep potency, the Portuguese colonization was objected partially and an Atlantic identity emerged competitive to the Portuguese identity. The racialization of that Atlantic identity under the Brazilian point of view and the hegemony of that identity statement in the archipelago takes place in the decade of thirty under the political silence imposed by the regime of Salazar. After the discussion on the effects of that political censorship on the autonomy of the literature in Cape Verde the article suggests that identities (African, mestizos, Creole, European) argued in transcontinental level and strategies transatlantic geo-politics have acquired unexpected senses in this contexts.*

Keywords: *intellectuals, national identity, race.*

Este artigo busca inserir-se numa corrente de estudos sociológicos que se tem aplicado em desvelar a especificidade das relações entre a formação de elites intelectuais e as lutas em torno da definição das identidades nacionais (Broady; Saint-Martin; Palme, 1995). Esse tipo de estudo parece-nos ser particularmente pertinente ao contexto das nações-recentes, como Cabo Verde, nas quais à problemática da invenção de identidades nacionais junta-se a necessidade de se investigar processos de importação e uso emblemático de modelos, categorias e esquemas de classificação que funcionam como importantes instrumentos de lutas sociais, sobretudo no seio de suas elites (Badie; Hermet, 1993).

Nesse artigo busco entender, a par dos processos de importação de modelos intelectuais emblemáticos da modernidade, as lutas intelectuais pela definição do perfil do homem cabo-verdiano e portanto da identidade nacional desse arquipélago. Argumento que as intervenções políticas no campo literário e dos intelectuais na política têm tido um estranho efeito de oscilação da identidade nacional entre a afirmação da africanidade desses ilhéus e uma ênfase desafricanizante na mestiçagem. Incorporo ainda em parte as discussões sobre o atlântico negro mostrando, por esse caso particular, que o avanço ou o recuo das afirmações identitárias negras dependem em grande parte das trajetórias específicas das elites locais e seus interesses na apropriação de modelos externos.

Cabo Verde é um arquipélago de nove ilhas habitadas totalizando uma superfície de 4.036 km² e com 389.000 residentes no senso de 1992. Situado a 650 km da costa senegalesa, todo o processo de construção da identidade nacional cabo-verdiana tem o continente africano como referência, seja para uma afirmação de distanciamento, ou para uma afirmação de proximidade ou de pertencimento. Colonizadas por Portugal desde 1460, as ilhas foram povoadas por diversas etnias da parte da costa africana então conhecida como Guiné. A violência física e simbólica, que destruiu grande parte da memória étnica dos escravizados, tem sido lida pelos intelectuais cabo-verdianos como “fusão cultural de europeus e africanos”. Essa “fusão cultural” numa mestiçagem geral é percebida por uma parte da intelectualidade cabo-verdiana como positiva, no sentido de que se teria constituído uma unidade nacional antes da implantação de um Estado nacional. Sob esse prisma, parte da elite cabo-verdiana ostenta com orgulho o seu avanço em direção à modernidade se comparado com as demais nações africanas. Sua “fragilidade, em termos de raízes culturais de longa profundidade histórica” (Duarte, 1994, p. 14), é compensada por uma suposta unidade cultural e racial.

Ao me propor em abordar as lutas intelectuais em torno da definição da identidade nacional cabo-verdiana não pretendo descortinar algo como a essência cultural desse povo, alguma forma de personalidade coletiva ou conjunto de traços culturais que pudessem ser considerados como gerais para a população de qualquer uma das nove ilhas habitadas desse arquipélago e em qualquer de seus estratos sociais. De forma mais modesta e realizável pretendo, nesse trabalho, analisar a contribuição de um grupo específico – a intelectualidade cabo-verdiana – na constituição disso que os mesmos definem como sendo a identidade nacional cabo-verdiana.

Um dos pressupostos da idéia de nação que mais tem sido colocado em causa nas últimas décadas é a noção de que deve haver uma unidade étnica ou de ascendência no território de soberania de um Estado. No pólo oposto a essa representação etno-cultural da nação se apresentam as formulações assimilacionistas. Assim, por exemplo enquanto na França dominou uma definição ampla de cidadania, a Alemanha restringiu a inclusão dos descendentes dos imigrantes sob o pressuposto de uma unidade nacional dada pela ascendência. Pode-se dizer que “as representações comuns da idéia de nação (idioms of nationhood) são ainda estatais e assimilacionista na França e mais etno-cultural e assentadas sobre as diferenças na Alemanha”. (Brubaker, 1993, p. 9). Embora nenhum dos dois modelos – nem o assimilacionista, nem o etno-cultural – tenha sido aplicado de modo exclusivo em parte alguma, pode-se perceber a dominância de um o outro dos pressupostos da idéia de nação em determinado momento e país.¹

O modelo francês de nação que enfatiza os aspectos políticos, institucionais e territoriais, mais do que a exigência de unidade de ascendência, acabou sendo melhor compatível com a multiplicidade étnica e cultural que caracteriza os territórios arbitrariamente recortados pela colonização europeia, sobretudo em África. A implantação dos Estados-nação fora da Europa quase sempre en-

¹ o caso francês, por exemplo, convive-se de modo conflituoso como os dois modelos, assimilacionista e étnico-cultural com a dominância do primeiro. “É fato que o debate [...] não carrega um testemunho de um engajamento forte em favor de um direito de cidadania estritamente fundado sobre a ascendência. Faltavam pré-requisitos ideológicos de um engajamento desse tipo, a idéia de nação como ascendência comum. A fibra étnica da consciência nacional sempre foi muito fraca na França. De modo geral, ela se revelou mais fraca nos velhos Estados-nação como a França e a Inglaterra do que nos Estados-nação recentes da Europa Central.” (Brubaker, 1993, p. 13).

veredou as novas nações a reconhecerem suas multiplicidades étnicas como constitutivas do conjunto nacional (mesmo que esse reconhecimento tenha sido no mais das vezes, exclusivamente retórico, o que vem justificando sangrentas explosões étnicas, tanto na Europa quanto no resto do mundo). Badie e Hermet (1993) mostram-nos que na verdade não é apenas o recorte territorial arbitrário que impõe esse pluralismo etno-cultural, mas também a dificuldade de fazer vingar, nos países de Terceiro Mundo o modelo de nação importado do Ocidente.²

Em alguns casos, esse enquadramento multicultural e multiracial da nação teve na ideologia da mestiçagem a possibilidade de remodelar a noção de unidade etno-cultural nacional. Assim o caso brasileiro em que a construção do mito das três raças e da democracia racial viu-se reforçada pela ideologia da mestiçagem, enfatiza-se simultaneamente a diversidade racial e cultural e projeta-se um elemento de unificação dessa multiplicidade: o mestiço.³

A radicalidade do caso cabo-verdiano reside, talvez, no fato da mestiçagem ser, nesse caso, concebida, não sobre o pressuposto de uma multiplicidade cultural ainda atual mas, como produto acabado de uma fusão completa de culturas heterogêneas. É desse modo que se reconstitui o essencialíssimo nacionalista em Cabo Verde. Sob esse pressuposto não haveria cabo-verdiano que fossem outra coisa que não mestiço. Enquanto no Brasil a ideologia da mestiçagem, como definidor da identidade nacional, não exclui que determinados grupos possam ser considerados italianos, poloneses, alemães por sua ascendência européia, ou ainda afro-descendente pela ascendência africana, aqui todos os cabo-verdianos seriam, por excelência, apenas mestiços. Nesse caso a mestiçagem não aparece acasalada a idéia de uma sociedade multirracial e

² “A estrutura da ‘sociedade civil’ – nos dizem Badie e Hermet (1985, p. 647) – implica igualmente, nas sociedades do Terceiro Mundo, em um pluralismo cultural ao qual não escapa senão alguns raros países e que deriva tanto de um recorte arbitrário dos territórios na época da colonização quanto da dificuldade de integrar no desenvolvimento político do Terceiro Mundo a prática, na verdade a idéia mesma, de construção nacional”.

³ “Os elementos branco, negro e índio apontam neste sentido para uma dimensão que desde a obra de Gilberto Freire vinha sendo colocado como pluralidade étnica, cultural e física [...]. O elemento da mestiçagem contém justamente os traços que naturalmente definem a identidade brasileira: unidade na diversidade. Essa fórmula ideológica condensa duas dimensões: a variedade das culturas e a unidade nacional.” (Ortiz, 1985, p. 93).

multicultural. É como se mestiçagem deixasse de ser um pressuposto de pluralidade étnica para se definir como caso acabado de reetnização. Poderíamos falar aqui de um processo de reinvenção de uma unidade étnico-cultural como balizador do processo de construção da nação e do Estado cabo-verdiano. Se a idéia de um pluralismo étnico e cultural parece, em princípio, colocar em causa a racionalidade estatal e a lógica identitária do nacionalismo,⁴ a ideologia da mestiçagem, pelo contrário, é congruente com a necessidade Estatal de unidade em torno de um centro que não suporta nenhum outro espaço de atividade política pretendendo à autonomia.

Quando falo em invenção de uma identidade nacional, no caso de Cabo Verde, pretendo que tendo sido, a mestiçagem, definida por um conjunto de intelectuais como característico da identidade nacional, se correlaciona com as estratégias desse mesmo grupo em suas relações com os símbolos de poder, com as ideologias e as práticas quotidianas de capitalização dos recursos simbólicos, políticos e econômicos. Detenho-me, nas próximas páginas, na história social do processo de invenção dessa identidade, processos de importação de modelos que lhe foram decisivos e lutas internas correlativas a essas importações.

O nascimento de uma tradição intelectual

É a partir do fim do século passado que se pode começar a falar de uma elite em Cabo Verde que se distingue dos demais grupos da sociedade cabo-verdiana, especificamente, por reivindicar status e funções sociais por sua formação letrada. Até meados do século XIX a sociedade cabo-verdiana se estruturava numa hierarquia de posições socioeconômicas e culturais coincidentes com a origem étnica. No topo da pirâmide uma pequena elite de brancos que combinam o monopólio das funções administrativas, a posse das maiores e melhores extensões de terras e o domínio das expressões culturais oficiais. Nas posições intermediárias a hierarquia de prestígio e posses econômicas

⁴ Numa sociedade plural “é toda a racionalidade estatal e nacional que se encontra colocada em causa, caso não seja claramente definido os meios pelos quais as sociedades poderiam conciliar sua identidade plural com a exigência moderna de construção de um centro” (Badie; Hermet, 1985, p. 649).

corresponde quase rigidamente a gradação epidérmica indo de brancos pequenos proprietários a uma camada intermediária de mestiços sesmeiros, rendeiros e depois meeiros, artesãos, pequenos comerciantes e trabalhadores assalariados (agrícolas e públicos) até aos negros escravizados e camponeses sem terra marginalizados.⁵

Podemos falar, para todo o século XIX, de uma sociedade “na qual um grupo étnico exerce o controle dos meios de produção utilizados por outro grupo”, portanto em que se criou “uma relação de desigualdade e estratificação” (Barth, 1976, p. 33).

Como o faz notar Barth (1976, p. 33), numa situação de estratificação étnica as culturas dos grupos étnicos componentes desses sistemas estão integrados de modo a compartilharem certas orientações gerais de valor que lhes servem de base para a elaboração de juízos de hierarquia. No caso cabo-verdiano, é provável que a transplantação dos anacrônicos esquemas ideológicos ibéricos, que concebiam de forma estanque e piramidal a relação entre categorias de população,⁶ apresentasse essa orientação geral de valor para a segregação e hierarquização da população em brancos e negros.

Entre as condições sociais que levavam a uma mudança nessa estrutura estratificada racialmente prestaremos aqui particular atenção na emergência em fins do século XIX de um grupo social que reivindica um status de mediador para si em um estatuto especial no esquema colonial português para a população das ilhas.

Segundo Carreira (1984), Cabo Verde tinha, em fins do século XIX aproximadamente 103.000 pessoas, das quais 780 não eram “naturais” das ilhas. A maior parte desses “estrangeiros” era constituída de “brancos do reino”. Ocupavam os cargos diretivos na função pública e nas organizações comerciais.

⁵ Escravos que fugiam eram conhecidos como vadios, donde se origina, provavelmente, a categoria bairrista – de fundo racista – de estigmatização dos naturais de Santiago chamados “badios” por oposição aos “sampadjudos” – originários das demais ilhas.

⁶ Nesse sentido o processo colonial e a lógica de importação de modelos anacrônicos da Europa, assemelham o caso cabo-verdiano ao Latino Americano, tal como analisado por Badie e Hermet (1993, p. 196): “Esta se caracteriza antes de tudo, pela reinterpretação na América Latina, do sistema de castas que havia caracterizado a Espanha e Portugal, na época de sua reconquista com a derrota dos invasores árabe-muçulmanos.”

Mais de noventa por cento dessa elite administrativa (cerca de 630 dos 780 brancos de fora do arquipélago) se encontrava na ilha de Santiago. Lá eles partilhavam as posições dominantes com a elite agrária, conhecida como “brancos da terra”, proprietária da quase totalidade das terras aráveis. Nas estatísticas oficiais do fim do século, “brancos da terra” eram definidos como “brancos de sangue semítico menos puro que o caucásico, nascidos na ilha de pais e mães europeus, de cor branca, pele fina e de pouca resistência vital; apresentando uma anemia habitual que não exclui certo grau de saúde; os seus hábitos de molice são exemplos vivos que manifestam a degeneração da raça pelas influências do meio” (Carreira, 1984, p. 22). Essa caracterização oficial já denota a oposição estabelecida, no fim do século passado, entre o “reíno” e o “branco da terra” ou “crioulo”. A idéia de uma inferioridade imposta pelo meio ambiente que perpassa os documentos da época indica a distância social cada vez maior entre o metropolitano e essa categoria social que não sendo “nativa” também não é mais metropolitana: o “branco da terra”.

Nosso argumento central é de que essa rachadura na identidade dos “brancos” entre os “da terra” e os metropolitanos, favoreceu a emergência da identidade mestiça fortalecida pelas frustrações da elite local quanto a possibilidades de ocupar os mais altos postos administrativos da província.

Em fins do século XIX, as ilhas mais importantes são as de Santiago, a maior, mais populosa e produtiva (com uma precária produção agrícola para a exportação), a ilha de S. Vicente, por seu porto, Santo Antão e S. Nicolau, destacando-se, também, pela produção agrícola. As ilhas do Fogo e Brava concentravam tradicionais famílias “brancas da terra” que, embora em franca decadência, recusavam-se a diluir-se no resto da população, garantindo, precariamente, status e posição social graças à monopolização de funções administrativas locais. É entre essas ilhas que se irá disputar a localização do pólo escolar do arquipélago – tanto mais vital quanto menos naturalizada racialmente se torna o acesso aos postos intermediários da colonização portuguesa.

Até meados do século XIX, não existe um sistema de ensino propriamente dito em Cabo Verde. Alguns esforços para se implementar o ensino primário redundavam em fracassos quase imediatos. Tinha sido criada uma escola primária na capital – Praia – em 1817, para fechar logo em seguida por motivos funcionais. Reaberta em 1921, funciona irregularmente até 1840. De 1841 a 1842 funcionam 12 escolas oficiais no arquipélago.

Mas o ensino secundário só entra em funcionamento, de fato, na segunda metade do século XIX. Em fevereiro de 1845, o bispo de Cabo Verde apresentou um relatório sobre instrução, advogando a criação de escolas, em todas as ilhas, e de um seminário-liceu com internato para 24 alunos, sendo doze destinados à vida eclesiástica; e, dois anos depois, respondendo a uma ordem que lhe fora dada em portaria régia, informou que o seminário deveria ser colocado na Brava. Pelo decreto de 23 de Novembro de 1847, instalou-se a Escola Principal de Cabo Verde na menor ilha povoada, mas de concentração de influentes famílias brancas: a ilha da Brava.

Em 1860, criou-se, na capital, um liceu que as disputas entre as elites das diferentes ilhas ajudou a cancelar pouco tempo depois. A ilha de Santiago, embora sendo a maior e a de localização da capital da província – Praia – tinha uma desproporção imensa entre a maioria esmagadora da população negra e uma pequena elite de senhores de terra (morgados), que, normalmente, podiam enviar os filhos à metrópole para garantir sua formação. Assim, o maior investimento em ensino do fim do século passado acabou se transferindo para a ilha de São Nicolau.

Em fins do século passado (estatísticas de 1871), todo o arquipélago possuía 49 professores oficiais (16 em Santiago, a maior ilha, e 13 em São Nicolau, que se tornara uma espécie de centro acadêmico do arquipélago, os outros 20 se distribuíam de forma desigual pelas restantes 7 ilhas povoadas). Esses professores reconhecidos oficialmente invariavelmente pertenciam ao clero que controlava o sistema de ensino desde o povoamento das ilhas. Além das escolas oficialmente reconhecidas, essas normalmente dirigidas pelos padres, passam a proliferar um sem número (porque não registráveis pelas estatísticas da época) de casas escolares particulares, que propiciavam os estudos primários, num sistema comunitário, não reconhecido pelo Estado, embora seus alunos pudessem fazer o exame oficial.

Em 1850, os habitantes da ilha de Santo Antão, a segunda mais produtiva e a primeira em concentração de famílias brancas, dirigiram ao Governador um protesto contra a injustiça do “imposto do subsídio literário” sobre o aguardente que sustentava o ensino nas ilhas. A produção de aguardente se dá fundamentalmente nas três ilhas agrícolas: Santiago, Santo Antão e São Nicolau.

Em 1860 criou-se na capital – Praia, na ilha de Santiago – um liceu que as disputas entre as elites das diferentes ilhas ajudou a cancelar pouco tempo depois. A ilha de Santiago embora sendo a maior e a de localização da capital

da província – Praia – tinha uma desproporção imensa entre a maioria esmagadora da população negra e uma pequena elite de senhores de terra (morgados), que normalmente podiam enviar os filhos à metrópole para garantir sua formação. O maior investimento em ensino do fim do século passado acabou se transferido para a ilha de São Nicolau.

O crescimento da cidade do Mindelo, atingindo o porte de maior cidade de Cabo Verde, nas primeiras décadas deste século impõe um novo deslocamento no sistema de ensino: o único estabelecimento de ensino secundário do arquipélago passa a se situar nesta cidade portuária da ilha de S. Vicente.

Essa série de deslocamentos marcados por disputas entre as principais famílias dessas ilhas indicam o acelerado processo de reconversão de um sistema de dominação que, tendo se baseado na posse da terra, na exploração camponesa e na dominação racial, entrara em franco processo de decadência que culmina nas grandes secas e mortandades do fim do século passado e início deste.

A corrida em direção aos postos na administração colonialista reforça os investimentos de todos os grupos sociais nas estratégias escolares com, é claro, possibilidades de sucesso para as grandes famílias que podem reconverter o capital fundiário em capital cultural. Em 1878, contabilizavam-se 672 cargos Estatais em todo o arquipélago, contabilizando-se cargos civis, militares, eclesiásticos e judiciais, muito concentrados em duas ilhas: Santiago e São Vicente.

Numa sociedade em que os alfabetizados constituíam um grupo restrito (menos de 20%), e mais restrito ainda os que podiam escrever e se comunicar em português com fluência, ao reivindicarem o melhor conhecimento da cultura local, e a necessidade de se intermediar a colônia e a metrópole, os escolarizados cabo-verdianos se colocam numa categoria especial de intermediários que Silverman (1965) precisa no conceito de mediador.⁷ Melhor situa-

⁷ Entre as diversas espécies de intermediação Silverman, precisa o conceito de mediação como sendo essa espécie em que um grupo de modo quase-exclusivo exerce uma articulação crucial entre o local e o sistema mais amplo. "These two criteria, critical functions and exclusivity, limit the extension of the concept. Persons who provide contact between the two systems but who do not necessarily fulfil both criteria will be referred to here as 'intermediaries'. While the terminology is clumsy, it is felt that is an important distinction which needs to be made between the broader category 'intermediary', and the special kind of intermediary, the mediator." (Silverman, 1965, p. 281).

dos, pelo domínio da cultura local, do que os agentes metropolitanos da administração colonialista, para a função de mediação, os letrados cabo-verdianos passam a reivindicar cargos públicos que pudessem ampliar sua importância no conjunto da sociedade cabo-verdiana.

Sobretudo Wolf,⁸ mas também vários autores (entre nós se poderia citar Velho e Kuchimir, 1996, entre outros) têm enfatizado a importância dos mediadores, em contextos de múltiplos níveis de cultura:

A posição destes “mediadores” (“brokers”) é exposta, uma vez que, como Jano, eles olham em duas direções ao mesmo tempo. Eles precisam servir a alguns dos interesses atuando a nível da comunidade e da nação, e precisam conviver com os conflitos surgidos pela colisão de seus interesses.[...] Assim, eles frequentemente agem como estabilizadores entre os grupos, mantendo as tensões que fornecem a dinâmica de suas ações. (Wolf, 1971, p. 66).

Em Cabo Verde todo o processo de produção literária e de análise cultural desde o início do século tem enfatizado a distância entre a cultura das ilhas e a da metrópole (ao mesmo tempo em que do resto da África), num processo de constituição da posição de interprete que caberia ao intelectual cabo-verdiano. Wolf (1971) ressalta que o comportamento manipulador é sempre padronizado culturalmente. Em Cabo Verde a criação do espaço de mediação exterior ao aparelho administrativo colonialista passa fundamentalmente pela escrita, onde simultaneamente os letrados demonstram seu domínio da capacidade de transitar entre os dois sistemas lingüísticos, o crioulo e o português, e exercem diversas modalidades de solicitação, intercessão às autoridades coloniais.

⁸ Wolf (1971, p. 52) ressalta algo que particularmente se impõe no caso cabo-verdiano que é modelação de uma cultura de mediação: “Um indivíduo que busca poder e reconhecimento fora da comunidade local precisa moldar seu comportamento para ajustar-se a essas novas expectativas. [...] Os indivíduos que estão aptos a atuar em termos de expectativas orientadas para a comunidade e para a nação tendem a serem, então, selecionados para a mobilidade. Eles tornam-se ‘mediadores’ econômicos e políticos das relações nação – comunidade, uma função que traz suas próprias recompensas.”

O intelectual cabo-verdiano pretendia até a década de 50 continuar próximo à administração colonial branca e simultaneamente aparecer junto ao resto da população como alguém capaz de obter benefícios, de interceder por ela. São muito freqüentes os artigos em jornais e revistas com esse duplo carácter de questionamento das condições de existência da população e intercepção junto às autoridades em favor do resto da população.

O apelo a essa comunidade imaginária constitui o comportamento intelectual como modelo de comportamento dos agentes “orientados para a nação”. Estes são os padrões de comportamento desenvolvidos pelo grupo “marginal” de tempos coloniais que se tornaram os padrões de comportamento ideais da pessoa orientada para a nação. Um indivíduo que busca poder e reconhecimento fora da comunidade local tem que amoldar o comportamento para ajustá-lo a essas expectativas novas. A reformulação das expectativas em termos de comportamentos orientados para a nação é um dos temas mais freqüentes nessa imprensa nascente:

Inspirem-se nestes sentimentos os filhos de Cabo Verde, e aprendam estas virtudes que elevam o homem e realçam-lhe o carácter. Saiam deste entorpecimento que os avilta aos olhos dos estranhos! Envergonhem-se, ó homens de pouca fé, que outros de fora estejam a queimar cartuchos em proveito da vossa terra, e vós com um sorriso alvar bestial a contemplar este grandioso espetáculo com uma pacholice paquidérmica. (Vasconcellos, 1899, p. 1).

O que os intelectuais desse período (fim do século XIX) buscam, fundamentalmente, é consolidar a sua condição de mediadores dada pelo fato de que só eles podem intermediar junto à colonização “pelo conhecimento que têm do meio cabo-verdiano” e pelo desempenho dos códigos burocráticos e administrativos os metropolitanos, o que os coloca em vantagem para os cargos médios em relação aos funcionários enviados de Portugal. Portanto, está em jogo a constituição do pequeno grupo de letrados da província como grupo orientado para a nação, isto com acesso direto à negociação com as autoridades da metrópole, o que implicaria na ocupação de cargos na administração colonial. Para se constituírem como nation-oriented groups, na acepção Wolf (1975), no vínculo da província com a metrópole, era estratégico que os intelectuais cabo-verdianos ocupassem as posições formais até aí ocupadas por portugueses.

Como bem o indica Wolf (1975) os mediadores precisam ser “agentes das grandes instituições nacionais, que ingressam na comunidade e formam “os ossos, nervos e tendões que traspassam toda a sociedade, unindo-a e afetando-a em cada sentido”. Sob perspectiva nativa, na luta por essa posição estratégica, os cabo-verdianos não podiam ser sistematicamente “arredados dos melhores lugares públicos”, já que eles é que naturalmente “melhor advogam” os interesses da província (Vasconcellos, 1891, p. 101-102). As emoldurações biográficas de toda a primeira metade deste século ilustram bem essa naturalização da condição dos intelectuais de porta-vozes dos “interesses da província”:

Se Roberto Duarte Silva foi o maior vulto científico, o Dr. Júlio José Dias foi o coração magnânimo e Frederico Hopffer a vontade mais enérgica de Cabo Verde. Tanto Hopffer como Júlio Dias exerceram a mais benéfica e salutar influência nos destinos da sua terra. Dr. Júlio prestou serviço de uma filantropia rasgada e quase fanática à ilha de São Nicolau em que nascera, contribuindo bondosamente para melhorar as condições dessa terra, onde o seu nome ainda hoje é proferido com saudade e onde o seu busto simpático e o seu sorriso bom, como que nos festeja do cimo desse monumento erigido pela espontaneidade deste povo a que ele amou. Hopffer ainda vive, possui um temperamento de ferro; inteligente, ilustríssimo, radicalmente democrata e não menos materialista, as suas idéias e o seu procedimento, como que deflagravam nesse meio nutrido por mil pretensões enfáticas, poetizadas pelas reverências hipócritas das sacristias e perfumadas pela retórica banal e pedante dos filósofos de cifra. (Martins, 1891).

Não raro, o colonialismo português foi colocado em questão nessa disputa das elites cabo-verdianas em torno da administração pública, seja apelando-se para a constituição das províncias africanas como regiões federalizadas ao Brasil (já independente), seja vislumbrando-se a autonomia isolada ou a colonização por uma outra potência européia que não Portugal. Nessa contestação, os intelectuais de trajetória escolar interna, que não passam pela metrópole, têm um papel fundamental. A disputa por cargos na administração colonial precisa convencer os metropolitanos de que os “nativos” desta província estão à altura desse exercício. É necessário, para tanto, elevar a província a “espaço intelectual privilegiado”. É nesse sentido que esse grupo processa o ponto de entroncamento de uma narrativa sobre província e das

biografias dos mortos ilustres. Desse modo se constitui Cabo Verde como lugar de memória, cenário em que espólios de certas figuras reconhecidas na metrópole precisam ser resgatados como cabo-verdianas, mas também, que figuras desconhecidas da província precisam ser elevadas à consagração que fundamenta uma linhagem intelectual própria. Aqui, como em outras paragens, a constituição de uma identidade territorializada precisa de que o silêncio dos mortos não seja “obstáculo para a exumação de seus desejos mais profundos” (Anderson, 1993, p. 276). Anderson demonstra na passagem citada como na América Latina os nacionalistas de segunda geração aprenderam a falar pelos mortos com quem era impossível ou indesejável estabelecer conexão lingüística, como condição para se abrir caminho a um coibido indigenismo. No caso cabo-verdiano, ao se vincularem figuras ilustres à terra, esta se constitui como uma unidade da qual se destacam os “filhos que souberam honrar o país”. O conjunto dos indivíduos nascidos nas ilhas passam a se identificar como irmãos na origem e portanto irmanados na glória das distinções honoríficas. Essa operação intelectual, inserida numa estratégia para tornar os letrados das ilhas respeitáveis para cargos administrativos, acaba produzindo a unidade dos “nativos”, fundamentada no local de nascimento. Veja-se por exemplo:

Um preito de homenagem ao mérito; um olhar de saudade pelos mortos ilustres que o túmulo conserva hoje no seio e a enumeração apenas de alguns aureolados pelo esplendor da inteligência, ainda que imersos muitos nos abismos obscuros da vulgaridade e da miséria. É uma necessidade, para nós, proclamar bem alto tudo o que constitui glórias para Cabo Verde; é uma grata obrigação falar daqueles que souberam honrar o seu país, e referir a irmãos que sabem enaltecer os sentimentos de irmãos. Na lista dos filhos de Cabo Verde que mais se têm evidenciado na ribalta luminosa e abrasadora da notabilidade, figura como primeiro de todos, como aquele que mais se destacou nas rudes labutações científicas, por trabalhos valiosos, por distinções honoríficas que abrilhantaram a sua vida e a sua morte – Roberto Duarte Silva – este chorado colaborador de Clermont, de Crafts... (Martins, 1891).

Nessa leitura nativa de seus heróis intelectuais a trajetória de Júlio Dias se aproxima da de Duarte Silva por percorrer academias francesas, sua inserção

no espaço “nativo” cabo-verdiano fica confirmada pela abdicação à carreira intelectual na Europa em prol de trabalhos filantrópicos em sua ilha natal.

O resgate da biografia de atores de perfil provinciano como Frederico Hopffer, ao lado de homens de títulos tanto mais consagradores, porquanto obtidos na metrópole intelectual de Portugal – Paris –, obedece a uma estratégia de avaliação e homogeneização a partir de cima: da figura cosmopolita de Duarte Silva. Hopffer foi médico do quadro de saúde do Hospital da Praia e seu cargo mais elevado foi o de Administrador do então remoto Concelho de Santa Catarina, em 1857. A disparidade dessa biografia em relação a Duarte Silva é um indicador da necessidade de fundar uma linhagem qualitativa e sobretudo quantitativamente, num cenário de escassez de homens com formação escolar.

Na verdade, ao se construir uma linhagem gloriosa pela recolha de biografias de ilustres falecidos, a elite ainda viva de letrados está pintando seu autorretrato e fundamentando num mito a constituição desse grupo que se titula “intelectuais cabo-verdianos”.

Nasce, assim, Cabo Verde, como lugar de identificação intelectual a partir de uma série de listas de mortos memoráveis que, ao engrandecerem o local de origem, justificam um contínuo respeito por essa “mocidade”, jovens que podiam reivindicar cargos junto à administração colonial, pois são os “continuadores” de uma linhagem fecunda.

Ao se destacar a origem de personalidades reconhecidas ilumina-se a glória obscura dos desconhecidos que podem tornar a lista suficientemente longa para se estabelecer o efeito de continuidade e fecundidade intelectual próprios dessas ilhas que apesar de próximas ao continente obscuro – o africano –, guardam bem a herança intelectual lusitana. Assim fundamenta-se em túmulos mais ou menos ilustres o mito, ainda hoje em vigor, de que estas ilhas são particularmente bem dotadas em termos intelectuais em compensação à ausência de recursos naturais.

É preciso lembrar que, até ao fim do século XIX, a elite agrária fundamenta as relações servis sobre camponeses rendeiros e escravos no pressuposto da superioridade racial branca. As escanções raciais que dividiam o conjunto da população entre a minoria que herda a posição daqueles que chegaram como colonizadores – e reivindicam serem reconhecidos como brancos – e a esmagadora maioria da população, que herda a posição social daqueles que

chegaram como escravos, seriam, em princípio contrárias a qualquer unidade identitária da província sob pressupostos étnico-raciais.

Nesse cenário, a invenção da identidade mestiça como definidora do conjunto da população cabo-verdiana só pode se inserir numa estratégia de reconversão das modalidades de dominação. Sendo todos iguais na formação étnica – todos virtualmente mestiços – por um lado se fundamenta a contraposição à administração colonial numa diferença de identidade, por outro lado, a ascensão aos cargos mais elevados da província passa a se assentar em critérios universais, pretensamente universais, ligados à escolaridade. A reconversão da dominação assente sobre o capital social (com pressupostos racistas) em dominação assente sobre o capital cultural está no cerne do aparecimento da identidade mestiça. Compreende-se, então, que haja no início deste século, uma cisão que divide as elites cabo-verdianas entre a estratégia de reivindicação de uma identidade branca já não mais reconhecida pela Metrópole (para cuja administração o conjunto dos nascidos nas ilhas são cidadãos de segunda categoria), e a busca de uma identidade intelectual que legitime, de novo, a ocupação dos mais elevados cargos da província e de outras províncias, segundo um novo critério: o da formação escolar. Na perspectiva nativa, expressa por Vasconcellos (1899, p. 2) os cabo-verdianos estão cindidos entre os acobardados em laços servis em relação à administração colonial e os que fundam em “sentimento irmãos” e filiação à terra uma contraposição à má administração vinda de fora.

Igualmente declaramos, para esclarecer certas opiniões, que nunca foi, nem será nosso intento, acirrar ódios entre cabo-verdianos e europeus. [...] Respeitamos o natural do continente como respeitamos a toda a gente digna [...] O que não fazemos, porém, é corar com eles para deprimir os filhos de Cabo Verde, quando se trata de raças, nem escutam calados as diatribes e objurgatórias contra os africanos, como alguns fazem. [...] Não foi nem é do nosso intento abrir uma campanha nativista, nem deprimir os funcionários, naturais do continente, pertencentes ao quadro da província. [...] Mutíssimos daqueles funcionários são zelosos e reconhecidamente hábeis, mas desgraçadamente não se pode dizer o mesmo de todos [...] Para nós é igual que à testa das nossas repartições públicas estejam naturais do continente, ou naturais de Cabo Verde [...] O que não achamos justo é que sistematicamente se arredem os filhos de Cabo Verde dos melhores lugares públicos, para neles se investirem alguns de fora que reconhecidamente valem muito menos do que eles. (Vasconcellos, 1899, p. 2).

Para eles, o que está em processo de reconfiguração nesse questionamento é a noção de pertencimento pátrio. Enquanto os intelectuais de formação metropolitana são simplesmente portugueses, para os intelectuais do Seminário de São Nicolau, a noção de pátria torna-se complexa: os nascidos em Cabo Verde são compatriotas, em oposição aos vindos do “continente” (Portugal). Por outro lado, a luta do filhos do continente (nascidos em Portugal) pelo progresso do império, também é vista como esforço patriótico. Haveria, assim, uma grande pátria englobando o conjunto do império português, no interior do qual se distinguem a metrópole e a região ultramarina. Por outro lado, a metrópole se constitui como o Continente e a adjacência que seriam os arquipélagos (Madeira e Açores). Entre a adjacência e a região ultramarina Cabo Verde, aos olhos de sua elite intelectual, herdeira dos colonizadores metropolitanos, tem um status ambíguo.

A ambigüidade na concepção de pátria se acresce a ambigüidade na definição racial dos cabo-verdianos. Numa sociedade em que, em grande parte, se fundamentava a dominação numa identidade racial branca é como uma violência simbólica que parte da elite cabo-verdiana percebe essa preposição que associa o lugar de nascimento à identidade racial mestiça comum a todos os naturais do arquipélago. A luta pelo progresso de Cabo Verde cabe, em primeiro lugar aos “filhos da terra” – os nascidos em Cabo Verde – e só secundariamente aos “filhos do continente” que também têm o dever pátrio de zelar pelo progresso do império, mas não tanto especificamente pela província quanto caberia aos “nativos”. Se os “filhos da terra” são quem, primeiramente, deveriam zelar pelo progresso da terra, torna-se “absurdo” que à “testa das repartições públicas” só estejam “naturais do continente”.

Lembremos aquela lei de Solon que, com duras penas, castigava a indiferença de se tratar e discutir as coisas públicas. E, finalmente, – na esperança de extirpar à mocidade cabo-verdiana esse tumor branco do medo, esse apego aos confortos do lar, esse falso modo de encarar a vida, que, diretamente conduz ao mimetismo, à faculdade de se adaptar a todas as baixas exigências da conservação pessoal [...] Repitamos, sobre a campa de Luiz Medina, as palavras do regente inglês sobre a sepultura de João Knox: “Aqui jaz aquele que nunca tremeu diante de ninguém!” Ó mocidade crioula! Ó valente ânimo mestiço, marasmado pelas mil flagelações da fome, da injustiça, da ignorância e dos maus exemplos! Ajoelhado sobre a sepultura de um homem de caráter te emprazo a ter caráter. [...] Dá àqueles

que te pagam unicamente aquilo que deves dar: o teu trabalho. Guarda porém, o direito de seres livre na disposição da tua vontade, de seres independente na manifestação do teu pensamento. Ergue-te e segue o caminho traçado por aqueles que a honestidade consagrou. (Tavares, 1899, p. 4).

Eugênio Tavares, outro dos sete “filhos ilustres” que colaboram no Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro desde 1881, desfruta de consagração como poeta e, sobretudo, como músico, com prestígio maldito desde a acusação de fabuloso desfalque no setor público, no qual foi funcionário de escalão intermediário. Contra a passividade diante de uma administração vista como vinda de fora e como frequentemente inábil e injusta, Tavares busca resgatar a valentia mestiça, que ousa se contrapor mesmo a custo de perdas em termos de conservação pessoal. De um lado, a subserviência que garante os laços clientelísticos em relação à administração colonial; de outro, a contraposição que esbarra nas punições da parte do poder estabelecido.

Menos do que um discurso ideológico no sentido de encobrimento de interesses particulares sob uma capa de universalidade, é no zelo pelo progresso de Cabo Verde que um novo corpo social se constitui enquanto sujeito especialmente vocacionado para as mais altas funções administrativas da província. Embora esses intelectuais cabo-verdianos não tivessem sido investidos oficialmente como uma comissão sua atuação nos órgãos públicos se aproxima da definição que Bourdieu dá desse tipo de agrupamento burocrático: “Conjunto de pessoas investidas de uma missão geral e conclamadas a transcender seus interesses particulares para produzir propostas universais – [...] senão para sacrificar seu ponto de vista particular ao “ponto de vista da sociedade”, ao menos para constituir seu ponto de vista como ponto de vista legítimo, isto é, universal, principalmente recorrendo a uma retórica do oficial.” (Bourdieu, 1996, p. 123).

Nem Tavares, nem Loff de Vasconcellos pretendiam estar estabelecendo uma relação de causalidade do tipo “por estarem naturais da metrópole nos melhores cargos a terra está nessa degradação”. Reconhecem-se os méritos de parte da elite administrativa enviada da Metrópole. Porém, certamente o progresso deve se associar à utilização das melhores capacidades dos “filhos da terra”.

Um vento gélido, um vento de morte sopra terrivelmente sobre esta infeliz terra africana. [...] em Cabo Verde ninguém apoia nem defende aqueles que corajosamente advogam os interesses da província. [...] O povo andrajoso, faminto e agonizante, acororado ao canto da sua miserável cabana, despede olhares fulvos de dor, de desespero, implorando a misericórdia divina, sem uma única esperança, sem um vago pressentimento da proteção, de amparo dos homens. Subjugado há tantos séculos, votado ao maior desprezo, o filho de Cabo Verde está em tal estado de inconsciência e de enervamento moral que difícil é arrancá-lo da catalepsia que o ataca. Considerado pela metrópole criatura inferior, ele não se esforça para protestar contra tal opinião, antes se conforma com ela, para não se incomodar. E, alguns mesmo [...] que pela sua ilustração e posição social podiam e deviam demonstrar a injustiça desse conceito, arraigado no espírito de muita gente, – autorizam com o seu silêncio a continuação de tão errônea opinião. A esse chamamos nós: traidores! (Vasconcellos, 1899, p. 1-2).

O que está em jogo, até as primeiras décadas deste século, é, sobretudo a faculdade de se disputar sobre as “coisas públicas”. Toda essa escrita caboverdiana do início do século não busca senão tornar o espaço público um lugar de negociação. Mais ainda, definem-se as fronteiras do espaço exterior à administração como um espaço “nosso”, o espaço “mestiço”, por contraposição ao espaço branco da administração. Desenha-se um perfil de personalidade exemplar para a intermediação entre a administração e o povo. Esta personalidade exemplar é daquele que, estando em meio à província mestiça, não teme a administração, é capaz de questionar suas injustiças, a fome e a ignorância. Mediador, ele é aquele que, inserido na província, conclama a mocidade, fala sua língua, serve-lhe de exemplo. Assim, projeta-se um espaço entre uma administração repressiva e ausente e a população, em grande parte miserável. Ao conclamar a mocidade a ocupar esse espaço vazio de políticas públicas, um grupo social se constitui – a elite intelectual – como mediadora entre a província mestiça e a administração vinda de fora, da metrópole.

O teor da crítica de Tavares em relação à administração colonial é algo indefinido, oscilando entre uma proposta de contraposição individual às injustiças e abusos da elite vinda de Portugal e a proposta de emancipação de Cabo Verde em relação à administração colonial.

A crítica de José Lopes à administração colonial portuguesa não chega a vislumbrar Cabo Verde livre da “proteção” de uma grande potência, porém, a possibilidade da substituição de Portugal por uma outra potência, a Alemanha ou a Inglaterra, é perspectivada dentro de uma filosofia racial da história com traços hegelianos, onde raças superiores teriam fases de condução do processo civilizador. Estando, provavelmente, em decadência a fase portuguesa de condução da civilização, José Lopes lança um aviso à administração portuguesa que soa como uma ameaça: “Não queira, pois, o Governo Português, precipitar esse momento” de decadência “desprezando ou dirigindo mal suas colônias”.

Não queira, pois, o Governo Português, precipitar esse momento, desprezando ou dirigindo mal as suas colônias a cuja frente estamos nós os cabo-verdianos pelo nosso desenvolvimento intelectual e pela pureza de nossos costumes. Introduza sem demora na Província melhoramentos, que são urgentes. Ampare as idéias de expansão proveitosa, fomenta a agricultura, proceda à arborização do arquipélago, corte pelos empregos desnecessários, exporte os devoristas e proíba-lhes a entrada, dê-nos meios para que, ampliado o plano de instrução secundária, as disciplinas do Seminário possam ter cotação nos mercados literários da MetrÓpole, aproveite as grandes aptidões cabo-verdianas que por aqui morrem de fome, sem um lugar, enquanto alguns patetas de Lisboa vêm encomendados, ganham demais, e sem competência, proteja o comércio animando as iniciativas particulares, consulte os filhos mais competentes de cada ilha acerca das necessidades de cada uma delas, organize pelos melhores modelos os diversos ramos da administração pública, proteja o desenvolvimento das belas-letas auxiliando a publicação das obras dos filhos da Província, numa palavra – ponha cobro a todas as asneiras que ainda se estão fazendo, e depois disto exija de nós tudo aquilo que pudermos dar. (José Lopes, 1899, p. 6).

O mesmo postulado teórico racista utilizado com relação à sucessão das raças dominadoras reaparece na ordenação dos povos colonizados. Os cabo-verdianos, pelo seu desenvolvimento intelectual e pela pureza dos costumes, estariam acima dos povos das demais colônias portuguesas. Nasce, aí, a posição clássica na localização cultural de Cabo Verde: abaixo de Portugal e acima dos demais países africanos em termos “civilizacionais”.

Ressalta-se aqui, por um lado, que parte da elite cabo-verdiana não coloca mais sua identidade portuguesa no mesmo plano que açorianos e madeirenses, como parte da diáspora de Portugal. Vimos já que estratégia teria conduzido um grupo social que normalmente se identifica como branco, descendente de europeus, a, num determinado momento, identificar-se com o local de origem e com o perfil fisionômico – mestiço – que os mesmos percebem como sendo da maioria da população e portanto a aceitar a posição secundária na ordenação dos povos do império português. A tensão entre os funcionários vindos da metrópole e os escalões secundários ocupados por essa elite local cada vez mais escolarizada, porém ocupando cargos secundários na administração pública é um dos mais fortes motivos desse reajustamento da identidade da intelectualidade cabo-verdiana.

Por outro lado, tal redefinição de identidade não chega a colocar em causa o capital simbólico associado à identidade étnica, na medida em que essa elite continua se definindo como acima dos africanos, tanto nas relações internas (diferenciando-se do badio, população da ilha de Santiago tida como mais negra e, portanto, menos evoluída intelectualmente) e sobretudo nas relações externas, com os “nativos” das demais colônias. Bourdieu define capital simbólico como propriedade qualquer “percebida pelos agentes sociais cujas categorias de percepção são tais que eles podem entendê-las (percebê-las e reconhecê-las, atribuindo-lhes um valor. [...] Mais precisamente, é a forma que todo o tipo de capital assume quando é percebido através das categorias de percepção, produtos da incorporação das divisões ou das oposições inscritas na estrutura da distribuição do tipo de capital (como forte/frágil, grande/pequeno, rico/pobre, culto/inculto etc.)” (Bourdieu, 1996, p. 107). Assim, a condição étnica se converte em capital simbólico por essa operação que liga fisionomia e local de nascimento a um pressuposto de maior capital escolar.

É sobre essa pretensão de “superioridade étnica intelectual” em relação aos povos das demais colônias que a elite cabo-verdiana pode reivindicar um tratamento diferenciado por parte das autoridades coloniais portuguesas. Em primeiro lugar, ressalta-se do conjunto das reivindicações que passam a ser encaminhadas nos escritos cabo-verdianos, que indivíduos não especializados passam a falar a linguagem da administração. Mais, ainda, pretendem ser capazes de lidar com os problemas administrativos cabo-verdianos melhor do que “alguns patetas de Lisboa [que] vêm encomendados, ganham demais, e sem

competência”. Definem-se como as “aptidões” cabo-verdianas, “filhos mais competentes de cada ilha”, melhor posicionados, pelo conhecimento dos problemas locais e pela capacidade intelectual para a medição ilhas – Metrópole. Essa mediação é proposta como consulta “aos melhores filhos de cada ilha” sobre os problemas locais, expulsão de parte dos enviados de Lisboa e que sejam encarregados esses filhos competentes da terra então marginalizados e esfomeados.

Dependências no campo literário cabo-verdiano

No fim do século XIX, mudanças no estatuto das elites locais conduziram a elite nativa de Cabo Verde a importar a função social de intelectual, que não é apenas característico do letrado que se dedica a atividades artístico-literárias mas que, se impõe socialmente por uma sociodicéia que apresenta o intelectual sendo aquele que tem a missão de interceder “a favor do povo” por meio de manifestos políticos nos periódicos locais. Poderíamos falar como Habermas (1984, p. 68) de um “processo ao longo do qual o público constituído pelos indivíduos conscientizados se apropria da esfera pública controlada pela autoridade e a transforma numa esfera em que a crítica se exerce contra o poder do Estado” e que, portanto, constitui uma esfera pública literária.

A partir da década de trinta a censura salazarista levou a uma sublimação desse impulso reivindicatório que só podia passar a se exprimir sob a forma de uma estilização literária da identidade local. Uma geração de jovens poetas se reúne e funda uma revista – denominada *Claridade* que pretendia ser o início de uma produção poética diferente daquela feita pelos intelectuais consagrados até ao momento – àqueles da geração do Seminário de São Nicolau. Estabelece-se assim um espaço de acúmulo e consagração de produções literárias em que gerações de pretendentes se opõem às gerações de intelectuais já consagrados.⁹ Nesse sentido se impõe o conceito de campo (Bourdieu, 1996) como

⁹ É preciso lembrar com Bourdieu (1996, p. 64) que “essas estratégias, através dos alvos da luta entre dominantes e pretendentes, as questões a propósito das quais eles se enfrentam, também dependem do estado da problemática legítima, isto é, do espaço de possibilidades herdado de lutas anteriores, que tende a definir o espaço de tomadas de posição possíveis e a orientar a busca de soluções e, em consequência, a evolução da produção.” Por mais que os claridosos pretendessem inovar é retomando de forma poeticamente sublimada as problemáticas políticas da geração que eles poderão “inventar” um novo modo de fazer poesia em Cabo Verde.

possibilidade analítica apesar das limitações em termos de autonomia desse espaço de produção tanto com relação às injunções políticas quanto pelo fato de que a consagração se dá por referência a um campo literário metropolitano. Tal análise nos permite avaliar além dos limites dessa lógica de produção literária periférica, os efeitos das intervenções mediadoras dos intelectuais tanto na esfera política como na literária.

Já antes dos Claridosos, Pedro Cardoso definira Cabo Verde como particularidade cultural a partir de um mito¹⁰ de origem: séculos de misturas teriam produzido uma individualidade cultural, a cabo-verdianidade enquanto original mestiçagem racial e cultural. A partir da década de 30 o tratamento dessa individualidade cultural sai do plano das reivindicações políticas para se afirmar no plano da produção literária. O propósito é “fincar os pés” sobre essa particularidade cultural. Temas como a seca, a fome, a emigração, enfim o cotidiano da população empobrecida ganham novos sentidos para uma geração de poetas que, sobre um sistema primeiro de significados, aquele constituído pela geração anterior sobre a situação de abandono a fome a que estavam sujeitos os cabo-verdianos, reconstituem um todo um novo sistema de sentido num novo espaço discursivo – a literatura cabo-verdiana.¹¹

Os próprios intelectuais da metrópole não tardam em atestar o reconhecimento de uma produção intelectual específica, nessa pequena “província”. Após apenas três números da Claridade, a revista da vanguarda literária portuguesa – Presença – consagrava o movimento Claridoso simultaneamente como “manifestação de autêntico espírito moderno português fora da Metrópole” e em seu “caráter nitidamente cabo-verdiano”. E se esse certificado de reconhecimento é tão prontamente estampado, é sobretudo porque os funda-

¹⁰ Mito, aqui, é a projeção de um nacionalismo atual sobre todo um percurso histórico, como se mestiçagem fosse algo dado *naturalmente* pelo “encontro de culturas”. “O que o mundo fornece ao mito é um real histórico, definido, por mais longe que se recue no tempo, pela maneira como os homens o produziram e utilizaram; e o que o mito restitui é uma imagem *natural* deste real.” (Barthes, 1989, p. 163).

¹¹ “A relação entre o ator e o sentido quase sempre remete ao “manipulador de sentido”, isto é, ao esforço para captar um sistema de significados coerente, modificar ou sugerir algumas de suas características para tornar significativa uma nova empresa política”. (Badie; Hermet, 1993, p. 42).

mentos desse novo produzir literário – regido pela busca do particularismo integrado ao universal – estão consagrados no campo literário português.

Entende-se então que a literatura cabo-verdiana possa ser legitimada pela Presença como autenticamente portuguesa e paradoxalmente, como autônoma, “de um particularismo indiscutível, uma personalidade própria”.

Há sem dúvida nos Claridosos uma reivindicação de autonomia na produção literária. Começa-se a falar de literatura cabo-verdiana enquanto produção auto-referenciada, sustentada por rede de poetas e escritores residentes nas ilhas e por uma revista de edição local. Porém na medida em que a própria regionalização das temáticas faz parte dos critérios estéticos definidos no campo literário da metrópole e que se almeja além do prestígio de escritor local a consagração como escritor pelo reconhecimento dos “pares” da metrópole, não se pode falar da existência de uma literatura cabo-verdiana dotada de autonomia em relação à metrópole.

Os modelos e ideologias importadas ganham quase sempre efeitos complexos de inversão e reversão na medida em que os produtos devem se adequar à realidades diferentes do contexto de sua emergência original. Nos anos 50, Gilberto Freire era a grande referência externa para o discurso da mestiçagem em Cabo Verde. Aguardado com ansiedade, como o “messias brasileiro”, Gilberto Freire decepcionou os intelectuais Cabo-verdianos quando em sua visita ao arquipélago afirmou que o povo e a cultura das ilhas eram essencialmente negros.

Gilberto Freire vinha de um campo de disputa pela definição da identidade nacional em que a questão era demonstrar e valorizar a mestiçagem da cultura brasileira contra aqueles que a queriam exclusivamente branca. Já os intelectuais cabo-verdianos pretendiam demonstrar a mestiçagem de uma cultura e de um povo que a colonização portuguesa tomava como simplesmente negro. O empreendimento intelectual aqui é inverso, trata-se de “embranquecer”, clarear na medida do possível uma cultura pela imposição do reconhecimento da miscigenação. Apesar de um reconhecimento explícito de proximidade entre esses discursos “mestiços”, Gilberto Freire e os intelectuais cabo-verdianos, estão inseridos em processos de reconhecimento social inversos, o que fez com que vissem a realidade cabo-verdiana de forma completamente diversa.

Apesar dos desencontros, é quando a produção literária brasileira se abre como novo espaço de importação de temáticas regionalistas (que permitirão o estabelecimento de uma série de analogias entre Cabo Verde e o nordeste brasileiro), que se configura a possibilidade de estruturação de um campo próprio de produção literária em Cabo Verde que, não deixando de reverenciar os cânones da metrópole, pode porém, se afirmar como espaço particular auto-referenciado de produção literária.

Baltazar Lopes teve como motivação inicial para começar a escrever o fato de ao ler um romance de Afrânio Peixoto reconhecer ambientes parecidos com os de Cabo Verde. É a partir desse reconhecimento de semelhança que temas como a aldeia, o destino, a agricultura, a emigração, as carências da população empobrecida, a seca, a fome são eleitos temas literários cabo-verdianos por excelência.

Baltazar Lopes está em Portugal cursando direito (1922 a 1930). O modernismo ascende a corrente dominante no campo literário português, assim como no brasileiro. Vigora a busca das particularidades e a afirmação do regionalismo. Baltazar Lopes passara a infância numa pequena ilha do então imenso território imperial português. Distante da metrópole geográfica e culturalmente, a descrição da ilha de S. Nicolau, particularmente da aldeia de Caleijão, feita por Baltazar Lopes, carrega suficiente exotismo para enquadrar-se na renovação literária proposta pelo campo português. No momento em que escreve *Chquinho* – o primeiro romance cabo-verdiano – Baltazar Lopes obedece às exigências do campo literário português.

A “realidade” cabo-verdiana passa a ser lida através dos romances brasileiros. Estes tornam possível a emergência dessa “realidade” para a literatura cabo-verdiana. Na geração seguinte, do movimento literário em torno da revista *Certeza*, os poetas e escritores cabo-verdianos continuarão a ter como parâmetro de leitura da realidade cabo-verdiana os romances do nordeste brasileiro. Pressupõe-se que a literatura brasileira seria uma fiel reprodução da “realidade brasileira” que sendo semelhante à realidade cabo-verdiana justifica uma literatura cabo-verdiana próxima da brasileira. “Há uma grande afinidade entre cabo-verdianos e brasileiros” – repetem ainda hoje com frequência os intelectuais cabo-verdianos, por exemplo nas entrevistas a Laban (1992). Por exemplo, dirá, Orlanda Amarilis, discípula de Baltazar Lopes, ligada ao movimento *Certeza*, que a africanidade aparece como um resíduo

da cabo-verdianidade. E o modelo para a construção dessa cabo-verdianidade é importado a partir de uma certa leitura da cultura brasileira através dos romances regionalistas do nordeste brasileiro, nomeadamente José Lins do Rego. A leitura de um romance como *Água-mãe* permite a escritora associar a cultura Brasileira à cultura cabo-verdiana. Está profundamente enraizada a idéia de que a realidade (cultural) brasileira é igual ao retrato dos romancistas. A existência da cultura brasileira tal como percebida a partir de uma certa leitura dos escritores brasileiros é condição de produção de um duplo a cultura cabo-verdiana espelhada pela brasileira.

As duas realidades culturais, a brasileira e a cabo-verdiana, teriam em comum, o fato de terem se constituído a partir da simbiose da cultura africana com a européia. Alguns elementos são destacados dos romances brasileiros para serem apresentados como evidências da presença da cultura africana no Brasil: bruxedos, mau olhado, quebranto, solidariedade espontânea. A presumida presença dos mesmos elementos na cultura cabo-verdiana ratifica a similaridade entre as duas culturas.

A africanidade da cultura cabo-verdiana precisa de um espelho – o Brasil – para se fazer reconhecer. Um espelho que aproxima Cabo Verde da África na medida em que nega seu ser africano. Mas, essa corrente intelectual herdeira da Claridade não se limita em importar do Brasil a ideologia da identidade nacional associada a mestiçagem. Para ele Cabo Verde realiza melhor ainda que o Brasil o conjunto de estereótipos associados ao mestiço. Se a mestiçagem deve ser associada a cordialidade, a mestiçagem cabo-verdiana estará ligada a morabeza que seria a realização máxima da cordialidade, nas palavras de Gabriel Mariano a “super cordialidade”. Essa cordialidade brasileira que corresponde em Cabo Verde à “morabeza” é entendida como predisposição para a familiarização das relações sociais, portanto em contraposição a exteriorização dos conflitos.

Conclusão

Toda uma nova literatura busca recentemente ressaltar o caráter ativo da matriz cultural africana nos processos sócio-culturais que decorreram da expansão européia do século XV, chamando atenção para o fato de que o atlântico vem se constituindo como um palco de lutas culturais onde se opõem e se mesclam identidades e culturas africanas e européias.

Este artigo fundamenta-se na convicção de que identidades transcontinentais (africanas, mestiças, européias) e estratégias geo-políticas internacionais adquirem sentidos inesperados em contextos locais e que interessa analisar o modo como interesses específicos e localizados matizam, transformam e invertem modelos hegemônicos em níveis imperiais de disputas.

Muito antes das atuais preocupações antropológicas com o papel da cultura negra nas duas margens do atlântico em Cabo Verde já se vislumbra o atlântico como contexto geo-político para uma afirmação de uma identidade em contraposição à hegemonia imperialista lusitana. No fim do século XIX e início do século vinte os intelectuais cabo-verdianos viam Cabo Verde como restos do mítico continente perdido e questionavam a civilização lusitana que viam como decadente.

Nesse tabuleiro de geo-políticas em que vislumbravam civilizações se substituindo em processos de hegemonia imperial que era também expressão da forças civilizacionais, os intelectuais cabo-verdianos até a primeira metade do século raramente vislumbram Cabo Verde livre da “proteção” de uma grande potência mas previam a decadência da fase portuguesa de condução da civilização e por vezes vislumbram o despertar de um continente negro subjugado.

Até as duas primeiras décadas do século XX a África aparecia para parte desses intelectuais como potência adormecida, a colonização portuguesa era parcialmente contestada e uma identidade atlântica emergia concorrente a identidade lusitana e africana para o arquipélago.

A racialização dessa identidade atlântica sob os pressupostos “brasileiros” da mestiçagem e a hegemonia dessa última afirmação de identidade se dá na década de 30 com a emergência de uma geração silenciada politicamente pela ditadura de Salazar. Paradoxalmente, é com essa limitação da expressão e da intervenção medidora dos intelectuais que se constitui um campo especificamente literário em que os critérios de consagração derivam mais do valor atribuído por instâncias específicas às obras literárias do que pela autoridade política dos intelectuais.

Entre as décadas de trinta e cinquenta as cores desse pequeno pedaço do tabuleiro atlântico são mestiças a partir de uma releitura dos processos raciais e culturais brasileiros. Depois da década de cinquenta as ilhas “voltarão” a ser africanas sob a hegemonia de uma nova elite intelectual nacional.

lista. Com isso defendo que as cores do atlântico são fundamentalmente as cores que lhe emprestam as elites mediadores locais que intervêm entre os campos políticos e os campos de literaturas específicas.

Referências

- BADIE, Bertrand; HERMET, Guy. *Política comparada*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- BARTHES, Roland. *Mitologias*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989.
- BOLTANSKI, Luc. *Les cadres*. Paris, Ed. De Minuit, 1982.
- BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- BROADY, D.; SAINT-MARTIN, M.; PALME, M. (Org.). *Les elites: formation, reconversion, internationalisation*. Paris, CSEC: EHSS; Stockholm, Fuks, 1995.
- BRUBAKER, R. L' éclatement des peuples à la chute des Empires. *Actes de Recherche en Sciences Sociales*, 98, p. 3-19, juin 1983.
- DUARTE, Vera. O escritor cabo-verdiano hoje. *Pré-Textos*, jun. 1994.
- GARCIA, Afrânio. *O Brasil como representação*. Leitura crítica de "O que se deve ler para conhecer o Brasil" de Nelson Weneck Sodré, 1991.
- HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria de sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- LABAN, M. *Cabo Verde: encontro com escritores*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1992.
- LOPES, B. *Cabo Verde visto por Gilberto Freyre*. Praia: Imprensa Nacional, 1959.
- MARIANO, Gabriel. *Cultura cabo-verdiana: ensaios*. Lisboa: Veja Gabinete de Edições, 1991.
- ORTIZ, R. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- OLIVEN, Ruben George. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1992.

PECAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

WOLF, E. R. Aspects of group relations in a complex society. Mexico. In: SHANIN, T. (Ed.). *Peasants and peasant societies: selected readings*. Harmondsworth: Penguin Books, 1971. p. 50-68.